

Superior Tribunal de Justiça

AgInt na RECLAMAÇÃO Nº 37587 - SP (2019/0069174-3)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

AGRAVANTE : ASSOCIACAO AMIGOS DO NOVA ALIANCA SUL - AMASUL

**ADVOGADOS : MATEUS ALQUIMIM DE PÁDUA - SP163461
JOSÉ AUGUSTO GARDIM - SP103232
ANGELO DE OLIVEIRA SPANO E OUTRO(S) - SP314472**

AGRAVADO : TATIANA MADEIRA PIQUERAS ROSA

**ADVOGADOS : PEDRO LUIZ PIRES - SP117604
GILMAR JOSÉ JACOMO E OUTRO(S) - SP337794**

RECLAMADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

AGRAVO INTERNO. RECLAMAÇÃO PARA GARANTIR A OBSERVÂNCIA DE TESE FIRMADA EM RECURSO REPETITIVO. CONCOMITÂNCIA COM RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO.

1. Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, a Reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões, bem como para garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência, conforme disposto nos artigos 105, "f", da Constituição Federal, e 988 do Código de Processo Civil de 2015, sendo, pois, instrumento processual de caráter específico e de aplicação restrita.

2. A reclamação proposta para garantir a observância de acórdão proferido em recurso repetitivo tem como pressuposto legal o esgotamento das instâncias ordinárias e não é cabível concomitantemente à interposição de recurso especial visando ao mesmo escopo. Precedentes.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

Os Srs. Ministros Nancy Andrichi, Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva, Marco Buzzi, Marco Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro votaram com a Sra. Ministra Relatora. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Antonio Carlos Ferreira.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 01 de outubro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministra Maria Isabel Gallotti
Relatora

